

CORONAVÍRUS | Covid-19

BOLETIM JURÍDICO nº 04

24 DE ABRIL DE 2020 | 12H

CHEDIAK
LOPES DA COSTA
CRISTOFARO
SIMÕES

CHEDIAK ADVOGADOS

SUMÁRIO

- **Compliance**

MPF - Flexibilização do Distanciamento Social sem Respaldo – possibilidade de responsabilização por improbidade administrativa do gestor que flexibilizar as medidas de distanciamento social sem respaldo técnico

Operação Alquimia – Irregularidades na Secretaria de Saúde de Aroeiras/PB – desperdício de recursos públicos federais destinados ao combate à pandemia da COVID-19

- **Contencioso Cível**

Decisões em destaque do TJSP e TJRJ

- **Direito Societário, Mercado de Capitais e Mercado Financeiro**

CVM - Instrução CVM nº 622/20 – estabelece condições para companhias realizarem assembleias inteiramente digitais

CVM - Deliberação CVM nº 853/2020 – altera prazos relacionados à realização de assembleias gerais de FIDCs

SUMÁRIO

- **Direito Societário, Mercado de Capitais e Mercado Financeiro (cont.)**

CMN/BCB - Carta Circular Desig nº 4.033 - dispõe sobre procedimentos para verificação dos critérios de elegibilidade das garantias vinculadas para a Linha Temporária Especial de Liquidez

CMN/BCB - Circular BCB nº 4.002 - altera prazos relativos a operações no mercado de câmbio

CMN/BCB - Circular BCB nº 4.003 - amplia prazo para entrega do Relatório de Pilar 3

CMN/BCB - Circular BCB nº 4.004 - altera procedimentos para concessão de empréstimos por meio da emissão de Letras Financeiras no âmbito da Linha Temporária Especial de Liquidez

CMN/BCB - Carta Circular Dstat nº 4.034 - altera datas limites para a remessa por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de determinados documentos ao Banco Central do Brasil

PL 1280/2020 - projeto de lei que seguiu para sanção presidencial e que, se aprovado, instituirá o Pronampe

SUMÁRIO

- **Energia e Infraestrutura**

Ministério de Minas e Energia (MME) – Boletim de Monitoramento Covid-19 - boletim divulgado semanalmente, trazendo informações das áreas de energia elétrica, mineração e petróleo e gás

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) - Resolução nº 815, de 20.04.2020 - faculta a prorrogação de prazos relativos aos contratos de exploração e produção de petróleo e gás

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) - Resolução nº 816, de 20.04.2020 - define procedimentos a serem adotados pelos agentes que atuam nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, enquanto perdurarem as medidas temporárias de enfrentamento do Coronavírus

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - Notícia de 20.04.2020 - suspensão da aplicação de reajuste nas tarifas dos consumidores atendidos pela distribuidora Energisa Sergipe

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) - Despacho nº 1.106, de 20.04.2020 - prevê o adiantamento da cobrança da Parcela de Ineficiência por Sobrecontratação das distribuidoras de 2019 para outubro de 2020

SUMÁRIO

- **Trabalhista**

Decisão STF em destaque

Medida Provisória nº 955, de 20.04.2020 - revoga a Medida Provisória nº 905/19, que criou o contrato de trabalho Verde e Amarelo

- **Tributário**

Medida Provisória nº 952/2020 - prorroga os prazos de pagamento dos tributos incidentes sobre serviços de telecomunicação

RFB - Instrução Normativa RFB nº 1.939/2020 - prorroga o prazo para prestação de informações sobre o Valor da Terra Nua

RFB - Instrução Normativa RFB nº 1.940/2020 - redução de alíquota do Imposto de Importação em operações sujeitas ao Regime de Tributação Simplificado

PGFN - Portaria PGFN nº 10.205/2020 - estabelece a data de início para a exclusão de parcelamento administrados pela PGFN

SUMÁRIO

- **Tributário (cont.)**

CARF - Portaria CARF nº 10.199/2020 - prorroga os prazos processuais no âmbito do CARF

CARF - Portaria CARF nº 10.238/2020 - prorroga a suspensão das sessões de julgamento no âmbito do CARF

CAMEX - Resolução CAMEX nº 32/2020 - reduz a zero alíquota do imposto de importação de itens associados ao combate do Coronavírus

Estado RJ - Lei nº 8.796/2020 - amplia a hipótese para concessão de benefícios fiscais em caso de decretação de calamidade pública ou emergência de saúde

Estado RJ - Resolução SEFAZ nº 142/2020 - estabelece prazos de validade de Certidões de Débitos Não Inscritos em Dívida Ativa

Município SP - Decreto nº 59.348/2020 - prorroga por 30 dias os prazos regulamentares legais

Município RJ - Resolução SMF nº 3.145 - prorroga por 30 dias os prazos para impugnação administrativa e recursos voluntários sucessivos

SUMÁRIO

- **Direito Privado: Contratos, Relação de Consumo, Direito Concorrencial e Imobiliário**

Lei nº 13.992 de 22 de Abril de 2020 - Suspensão de metas dos prestadores de serviços do SUS

Para os demais Boletins Jurídicos Covid-19, acesse:

clcmra.com.br/covid-19

Para mais publicações de Chediak Advogados, acesse:

clcmra.com.br/publicacoes_noticias

COMPLIANCE

Improbidade Administrativa

- **Flexibilização do Distanciamento Social sem Respaldo**: O Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, emitiu nota técnica destacando que o gestor que flexibilizar as medidas de distanciamento social em meio à pandemia da COVID-19, sem respaldo técnico, poderá responder por improbidade administrativa.

Links: <https://glo.bo/2VpyCzr> e <https://bit.ly/3bAOIBz>

Operação Alquimia

- **Irregularidades na Secretaria de Saúde de Aroeiras/PB:** A CGU, em parceria com a PF, o MPF e o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado do Ministério Público do Estado, participou da Operação Alquimia:
 - i. Que visa combater irregularidades em processos de inexigibilidade de licitação, feitos pela Prefeitura de Aroeiras, cujo objeto é a aquisição de livros e cartilhas, com recursos federais da área da saúde, no montante aproximado de R\$ 580 mil, destinados à campanhas educativas da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive para o enfrentamento da pandemia da COVID-19;
 - ii. A partir de levantamento de dados, obtenção de documentos junto ao portal eletrônico do TCE da Paraíba e de outras pesquisas na Internet, a CGU constatou: a ocorrência de superfaturamento, causando dano ao erário; o uso indevido de inexigibilidade de licitação para adquirir materiais comercializados por várias empresas; e o desperdício de recursos públicos com a aquisição de material de campanha contra a COVID-19.

Link: <https://bit.ly/350LXRZ>

CONTENCIOSO CÍVEL

Decisões em destaque:

- **TJSP, Agravo de instrumento nº 2070941-43.2020.8.26.0000 / TJRJ, Agravo de instrumento nº 0023788-43.2020.8.19.0000**: Decisões dos Tribunais de Justiça de São Paulo e do Rio de Janeiro proferiram decisões, ainda de natureza provisória, que garantem que o Booking.com e o Airbnb possam exercer as suas atividades nos municípios de Ilha Bela/SP e Paraty/RJ. Os referidos municípios ingressaram com ações civis públicas com pedido de tutela de urgência para que as empresas fossem obrigadas a bloquear a possibilidade de reservas de acomodações durante a vigência dos decretos municipais editados para combater a pandemia de Covid-19, sob a justificativa de que a prestação de serviços de hospedagem estaria proibida. Os Tribunais entenderam que os decretos editados pelos municípios destinam-se somente aos próprios estabelecimentos que prestam serviços de hospedagem, como hotéis, pousadas e afins, e não às empresas Booking.com e Airbnb, que apenas disponibilizam as ofertas de acomodações em suas plataformas digitais.

Decisões em destaque:

- **TJSP, Agravo de instrumento nº 2070941-43.2020.8.26.0000**: Decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que o município de São Roque/SP devolva equipamentos de UTI que foram requisitados administrativamente de hospital privado. Apesar de reconhecer a possibilidade da requisição de bens particulares pelo município, o Tribunal entendeu que a requisição deve observar certos princípios, especialmente o da proporcionalidade e razoabilidade. No caso concreto, afirmou-se não ter havido razoabilidade na requisição de equipamentos de UTI de hospital particular, uma vez que a Santa Casa de São Roque, hospital ao qual seriam destinados os bens, não possui capacidade de implantação de leitos de UTI.

DIREITO SOCIETÁRIO, MERCADO DE CAPITAIS E MERCADO FINANCEIRO

Comissão de Valores Mobiliários

- **Instrução CVM nº 622/20**: Divulgada em 17.04.2020, a Instrução CVM nº 622/20 altera a Instrução CVM nº 481/09, tendo por objetivo estabelecer condições para que as companhias abertas realizem assembleias inteiramente digitais, na esteira da edição da Medida Provisória 931/2020.
Link: <https://bit.ly/2VLNmYa>
- **Deliberação CVM nº 853/20**: Divulgada em 23.04.2020, a Deliberação CVM nº 853/20 promove alteração temporária de determinados prazos relacionados à realização de assembleia gerais previstos na Instrução CVM 356, que trata dos fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC).
Link: <https://bit.ly/356nElx>

Conselho Monetário Nacional/Banco Central do Brasil

- **Carta Circular Desig nº 4.033**: Publicada em 20.04.2020, altera a Carta Circular Desig nº 4.024 no que tange aos procedimentos para verificação dos critérios de elegibilidade das garantias vinculadas para a concessão de empréstimos por meio da Linha Temporária Especial de Liquidez via emissão de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros ou valores mobiliários de que tratam a Resolução CMN nº 4.795/2020 e a Circular BCB nº 3.996/2020.
Link: <https://bit.ly/3bDvi9y>
- **Circular BCB nº 4.002**: Publicada em 20.04.2020, altera a Circular BCB nº 3.691/2013 para promover ajustes em prazos referentes a operações no mercado de câmbio.
Link: <https://bit.ly/2KvHZY0>
- **Circular BCB nº 4.003**: Publicada em 20.04.2020, modifica a Circular BCB nº 3.930/2019 para ampliar para 90 (noventa) dias o prazo máximo para divulgação por instituições financeiras do Relatório de Pilar 3 referente às datas bases de 31.03.2020 e 30.06.2020.
Link: <https://bit.ly/2S2JuBe>

- **Circular BCB nº 4.004**: Publicada em 20.04.2020, modifica a Circular BCB nº 3.996/2020 para, dentre outras alterações, ampliar a possibilidade de captação de recursos pelos sistemas cooperativos por intermédio dos bancos que os integram por meio da fixação do Patrimônio Líquido Ajustado como limite para o valor das Letras Financeiras emitidas por esses bancos em operações de empréstimo pela Linha Temporária Especial de Liquidez.
Link: <https://bit.ly/2VWabbJ>
- **Carta Circular Dstat nº 4.034**: Publicada em 23.04.2020, altera datas limites para instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil procederem à remessa ao Banco Central do Brasil dos documentos 3040 (Dados de Risco de Crédito), 3050 (Estatísticas Agregadas de Crédito e de Arrendamento Mercantil) e 5300 (Informações sobre Relacionamentos de Cooperativa) relativos às datas-bases de abril a novembro de 2020.
Link: <https://bit.ly/2KvViYA>

Propostas Legislativas

- **PL 1280/2020**: O Projeto de Lei que institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e fortalecimento dos pequenos negócios, foi aprovado com alterações na Câmara em 22.04.2020, e retornou ao Senado para votação devido às mudanças feitas no texto original. Em 24.04.2020 o substitutivo foi aprovado no Senado, e segue para sanção presidencial.
Link: <https://bit.ly/3eQNHI6>

ENERGIA E INFRAESTRUTURA

Medidas Federais:

- **Boletim de Monitoramento Covid-19 (Ministério de Minas e Energia - MME), de 20.04.2020**: O MME disponibilizou o primeiro Boletim de Monitoramento da COVID-19, documento este que será divulgado semanalmente, trazendo informações das áreas de energia elétrica, mineração e petróleo e gás.
Link: <https://bit.ly/3eQQjiU>
- **Resolução nº 815, de 20.04.2020 (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP)**: A Resolução faculta a prorrogação de prazos relativos aos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural.
Link: <https://bit.ly/350TtMN>
- **Resolução nº 816, de 20.04.2020 (ANP)**: A Resolução define procedimentos a serem adotados pelos agentes regulados pela ANP que atuam nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, enquanto perdurarem as medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus estabelecidas pelo governo federal.
Link: <https://bit.ly/3azm6la>

- **Notícia ANEEL de 20.04.2020**: A ANEEL suspendeu a aplicação de reajuste nas tarifas dos consumidores atendidos pela distribuidora Energisa Sergipe. As novas tarifas entrarão em vigor somente a partir do dia 1º de julho.
Link: <https://bit.ly/2Y2BDrl>
- **ANEEL – Despacho Nº 1.106, de 20.04.2020**: O Despacho (i) autoriza o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a deduzir os Encargos de Uso do Sistema de Transmissão de Rede Básica - EUST-RB do segmento consumo de acordo com determinados critérios; e (ii) autoriza o ONS a postergar a cobrança da Parcela de Ineficiência por Sobrecontratação das distribuidoras de 2019 para outubro de 2020.
Link: <https://bit.ly/351U4xD>

TRABALHISTA

- **STF, Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.363**: No dia 17.04.2020, o plenário do Supremo Tribunal Federal julgou a liminar requerida na Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.363. A decisão final foi de 7 (sete) votos a favor da validade integral da MP 936, de forma que os acordos individuais prevalecem, sem a necessidade de anuência dos Sindicatos. Por esse motivo, solicitamos que revisitem o **nosso informativo sobre a MP 936**.
Link: <https://bit.ly/3bCSUuV>
- **Medida Provisória nº 955, de 20.04.2020**: Revoga a Medida Provisória nº 905/19, que criou o contrato de trabalho Verde e Amarelo.
Link: <https://bit.ly/2YdPvPB>

TRIBUTÁRIO

Governo Federal

- **Medida Provisória nº 952, de 15 de abril de 2020**: Prorrogou, no exercício de 2020, o prazo para pagamento dos seguintes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de telecomunicações, cuja data de vencimento original era prevista para 31 de março de 2020:
 1. Taxa de Fiscalização de Funcionamento, de que trata o art. 8º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
 2. Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, de que trata a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, referente: (i) ao fato gerador previsto no inciso II do caput do art. 32; (ii) aos sujeitos passivos a que se refere o inciso IV do caput do art. 35; e (iii) ao prazo previsto no inciso VII do caput do art. 36; e
 3. Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, de que trata o § 2º do art. 32 da Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.
- O pagamento dos tributos poderá ser feito em parcela única, com vencimento em 31 de agosto de 2020, ou em até cinco parcelas mensais e sucessivas, com vencimento no último dia útil de cada mês, hipótese em que a primeira parcela vencerá em 31 de agosto de 2020. As parcelas serão corrigidas apenas pela taxa Selic, sem incidência de multa ou juros adicionais.

Link: <http://www.in.gov.br>

- **Instrução Normativa RFB nº 1.939, de 16 de abril de 2020:** Prorrogou excepcionalmente para 30 de junho o prazo para que os Municípios e o Distrito Federal enviem informações sobre o Valor da Terra Nua (VTN) dos terrenos situados em seus domínios. O VTN é utilizado para fins de arbitramento da base de cálculo do ITR.

Link: <http://normas.receita.fazenda.gov.br>

- **Instrução Normativa RFB nº 1.940, de 16 de abril de 2020:** Inclui o §3º ao art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017 para reduzir a zero, até 30.09.2020, a alíquota do imposto de importação incidente em operações de importação de mercadorias sujeitas ao Regime de Tributação Simplificada (RTS) e voltadas ao combate do Coronavírus, classificadas nos códigos da NCM listados no Anexo Único da Portaria MF nº 156, de 24 de junho de 1999, no valor de até US\$ 10.000,00, ou o equivalente em outra moeda, destinadas a pessoa física ou jurídica.

Link: <http://normas.receita.fazenda.gov.br>

- **Portaria PGFN nº 10.205, de 17 de abril de 2020:** Alterou o art. 3º da Portaria PGFN nº 7.821, de 18 de março de 2020, para esclarecer que fica suspenso, por 90 dias, o início de procedimentos de exclusão de contribuintes de parcelamentos administrados pela PGFN cuja hipótese de rescisão por inadimplência de parcelas tenha se configurado a partir do mês de fevereiro de 2020, inclusive.

Link: <http://normas.receita.fazenda.gov.br>

- **Portaria CARF nº 10.199, de 20 de abril de 2020:** Estendeu até 29 de maio de 2020, a prorrogação dos prazos para a prática de atos processuais no âmbito do CARF.
 - A suspensão dos prazos processuais de que trata a presente portaria não alcança o pedido de retirada de pauta para sustentação oral.

Link: <http://idg.carf.fazenda.gov.br>

- **Portaria CARF nº 10.238, de 20 de abril de 2020:** Prorrogou a suspensão das sessões de julgamentos relativas ao mês de maio de 2020, das Turmas da Câmara Superior e das Turmas Ordinárias. As sessões suspensas ficaram adiadas para os meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2020. Também alterou para 13 de novembro de 2020 a realização da sessão de julgamento do pleno da Câmara Superior, assim como alterou o calendário de reuniões de 2020 referente as sessões presenciais e não presenciais virtuais de julgamento.

Link: <http://idg.carf.fazenda.gov.br>

- **Resolução CAMEX nº 32, de 16 de abril de 2020:** Alterou o Anexo Único da Resolução CAMEX nº 17/2020 para conceder redução temporária, para zero por cento, da alíquota do Imposto de Importação a novos itens associados ao combate à pandemia do Coronavírus.
 - Foi excluído da lista de itens sujeitos a redução temporária o "Tubo laríngeo, de plástico, próprio para procedimentos anestésicos ou cirúrgicos de rotina, com ventilação espontânea e/ou controlada" (9018.39.99 - Ex. 001).

Link: <http://www.camex.gov.br>

Estado do Rio de Janeiro

- **Lei nº 8.796, de 17 de abril de 2020:** Além de alterar a Lei nº 4.534/2005 (sem efeitos tributários), alterou o §3º do art. 1º da Lei nº 7.495/2016 para incluir hipótese permissiva de concessão de novos incentivos fiscais ou benefício de natureza tributária de quais decorram renúncias de receitas, novos financiamentos, fomentos econômicos ou investimentos estruturantes a microempresas, a empresas de pequeno porte (já constantes da redação anterior) e as médias empresas, assim entendidas aquelas sociedades ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício financeiro do ano anterior, ativo total inferior a R\$ 240.000.000,00 ou receita bruta anual inferior a R\$ 300.000.000,00. A hipótese permissiva será válida em casos de decretação de calamidade pública estadual ou emergência de saúde pública, devidamente ratificadas pelo Poder Legislativo, e enquanto durarem essas circunstâncias.

Link: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

- **Resolução SEFAZ nº 142, de 14 de abril de 2020:** Publicada em 17.04.2020, estabelece que, enquanto perdurarem os efeitos do Decreto nº 47.027/2020 (que determina a manutenção da situação de emergência estadual), o prazo de validade das certidões de débitos estaduais não inscritos em dívida ativa, emitidas pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, terão as seguintes validades:

- Para certidões emitidas até o dia 22 de março de 2020: validade prorrogada até o dia 22 de maio de 2020, desde que estejam válidas e regulares;
- Para certidões emitidas a partir do dia 23 de março de 2020: validade por 90 dias, contados a partir de suas emissões.

Link: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Município de São Paulo

- **Decreto nº 59.348, de 14 de abril de 2020:** Prorrogou por mais 30 dias o período de suspensão de todos os prazos regulamentares e legais relativos a processos e expedientes administrativos a que se refere o art. 20, do Decreto nº 59.283/2020.
 - A prorrogação não se aplica às licitações, contratos, parcerias e instrumentos congêneres.

Link: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br>

Município do Rio de Janeiro

- **Resolução SMF nº 3.145, de 17 de abril de 2020**: Prorrogou por mais 30 dias o período de suspensão de prazos para impugnação administrativa e recursos voluntários sucessivos previstos no art. 24 e no § 1º do art. 27 do Anexo I, do Decreto nº 32.244/2010.

Link: [http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/61303\(RESOLU%C3%87%C3%83O%20SMF%203145_2020\).pdf](http://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/61303(RESOLU%C3%87%C3%83O%20SMF%203145_2020).pdf)

DIREITO PRIVADO: CONTRATOS, RELAÇÃO DE CONSUMO, DIREITO CONCORRENCIAL E IMOBILIÁRIO

Medidas Legislativas

- **Lei nº 13.992 de 22 de Abril de 2020 - Suspensão de metas dos prestadores de serviços do SUS**
 - Suspende por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 1º de março do corrente ano, a obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13992.htm

RESSALVAS

- Esse boletim foi elaborado por **Chediak, Lopes de Costa, Cristofaro, Simões Advogados** apenas com o fim de catalogar algumas medidas de natureza jurídica que vêm surgindo em razão da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19)
- O conteúdo dessa apresentação não deve ser entendido como exaustivo ou como uma opinião de **Chediak, Lopes de Costa, Cristofaro, Simões Advogados** com relação aos temas aqui tratados
- Esse boletim considera o cenário legal até a data e hora identificadas na capa, cabendo notar que as normas jurídicas estão em constante mudança

CHEDIAK ADVOGADOS

RIO DE JANEIRO

Rua Visconde de Pirajá, 351
13º andar – Ipanema – Rio de Janeiro
RJ – 22410-906 – Brasil

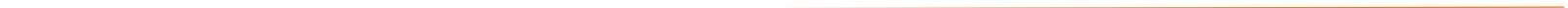
T 55 21 3543.6100

SÃO PAULO

Rua Gomes de Carvalho, 1510
19º andar – Vila Olímpia – São Paulo
SP – 04547-005 – Brasil

T 55 11 4097.2001

clcmra.com.br



CHEDIAK
LOPES DA COSTA
CRISTOFARO
SIMÕES

CHEDIAK ADVOGADOS